

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiadini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Vital Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

(Passa a ler.)

"A Mesa da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições, convoca o cidadão Edison Andrino de Oliveira, 4º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do deputado Renato Hinnig, para tratar de interesses particulares.

Palácio Barriga-Verde, Florianópolis, em 07 de abril de 2014.

Deputado Padre Pedro Baldissera."

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, sr. presidente.

Cumprimento o técnicos da Udesc, que estão aqui, nesta manhã de hoje, debatendo temas estratégicos para a nossa querida universidade, para que de fato possamos construir novos tempos e que se respeite a autonomia constitucional que é assegurada a Udesc.

Sr. presidente, quero relatar a visita que fiz, ontem, à região norte do nosso estado, particularmente em Balneário Camboriú, em Itajaí, em Brusque. E a preocupação recorrente é em torno do tema da segurança pública. E na sexta-feira prestaram uma coletiva dando conta da angústia desses profissionais de cotidianamente terem que lidar com o fato do tal prende e solta.

É uma situação bastante grave quanto à segurança pública daquela região. E a bancada feminina deu a dos índices alarmantes de estupros naquela região, o que nos preocupa sobremaneira.

Nós somos o terceiro estado do país com o maior número de estupros contra mulheres e notadamente naquela região com um número cada vez mais grave. E essa preocupação se junta com a greve dos agentes prisionais. E ontem foi concluída essa etapa de mobilização dos servidores, mas que mostra para nós o cenário da situação de segurança pública no estado de Santa Catarina.

Nós temos policiais civis mal remunerados, policiais militares mal remunerados, agentes prisionais mal remunerados, temos as pessoas públicas em Santa Catarina mal remuneradas. Mas esse é uma das dimensões do problema. A outra dimensão são as condições com que se realizam o trabalho desses profissionais. E agora, com a greve dos agentes prisionais, tivemos mais acesso de entender o dia a dia daqueles servidores.

Nesses dias recebi um grupo de agentes prisionais, que estiveram em quase todos os

gabinetes, e um deles mencionava que foi admitido no ano de 2007 e que quatro dos seus colegas já cometeram suicídio.

Esse pessoal está trabalhando em condições de ebulição todos os dias. São profissionais que têm dificuldades de ter acesso ao colete, de ter acesso a uma arma. Vejam v.exas. que agentes prisionais noticiaram para nós que um deles, com 36 anos, recebeu uma arma que tinha quase 40 anos. Ou seja, a arma era mais velha do que ele. E isso não é exceção, infelizmente. O mal equipar da segurança pública de Santa Catarina mostra para nós esse gráfico que a estatística também vai dizendo.

Nós somos, sim, um dos estados que têm uma das melhores condições de segurança ainda no país. Mas na última década, enquanto o país retrocedeu em 2% nos homicídios das mortes violentas, neste quesito especial Santa Catarina aumentou 63%. Sessenta e três por cento foi a nossa média, tomando aqui uma grande contribuição da região da Grande Florianópolis. Vejam que enquanto o Brasil vai mudando o perfil de tratar esse tema, de resolver esse tema, aqui no estado de Santa Catarina o problema piora.

Portanto, colocando em perspectiva a situação que nós estamos e o desenvolvimento da segurança pública na última década, digo de novo, tomando o ano de 2000/2010, veremos que há uma curva, sim, que explica o sentimento de insegurança que as pessoas têm.

A primeira vez que disputei uma eleição foi em 2004. E em todas as eleições que participei o grande tema era a saúde, a grande demanda, a grande queixa, era em torno da saúde. E venho notando que nos últimos dois anos o crescente da angústia do povo é em torno da segurança. E não é só a segurança objetiva, mas a percepção da segurança. E nós precisamos de respostas.

Hoje um Promotor falou nos jornais que o governo do estado tratou de forma amadora a crise que vive o sistema penitenciário. E o que é inegável é que já está acontecendo novamente uma nova onda de ataques. E nós, a preocupação

particularmente das mulheres, é o silêncio do governo do estado em torno dessa estatística em que o estado de Santa Catarina é o terceiro estado com o maior número de estupros, de violência sexual contra as mulheres.

Vamos tentando entender, sr. presidente, por que acontece isso com as mulheres catarinenses, em um estado que é cantado pela sua qualidade de vida. Temos uma imensa dificuldade em construir políticas públicas em Santa Catarina, seja no setor da cultura, seja no setor da educação, no setor da saúde ou no setor do esporte e também no enfrentamento à violência contra as mulheres. Nós temos políticas fragmentadas, não políticas de estado e de enfrentamento nessas grandes questões. Mas voltarei ao tema no horário da tarde, quando terei um novo momento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão reservados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sociedade catarinense que prestigia na manhã de hoje o Parlamento catarinense, eu gostaria, sr. presidente, de fazer algumas considerações que entendo importantes.

É uma luta incansável no Porto de Imbituba, e considero uma luta que foi travada de forma muito forte, para que houvesse investimentos no calado do porto, para atracar grandes navios. Pois vencemos essa luta, vencemos essa parada. Estão concluindo essa obra do calado, e vai ser possível atracar navios com 380 metros de comprimento. Isso é um ganho real para a região sul.

O calado é no mar, portanto, não vai ter risco de enchente. E todo o estado vai ganhar com esse investimento.

Quanto à BR-101, é um capítulo importante, uma luta que ficou travada no desafio de obras. Inclusive, este deputado ainda está respondendo a alguns processos, devido às manifestações realizadas, ao fechamento da rodovia.

Fechamos a Ponte da Cabeçuda, das 6h às 18h; fechamos também, em outra oportunidade, das 9h às 15h. Foi feito um manifesto com cruces vermelhas; e com a tinta ainda fresca deitamos em cima das cruces e acabamos perdendo os nossos ternos que ficaram sujos de tinta vermelha. E se perguntarem se faríamos novamente isso, digo que faríamos tudo novamente, porque foi uma conquista para o sul do estado, para o sul do Brasil, porque é na BR-101 que escoam toda a produção do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e também é porque ela é o Corredor do Mercosul, uma obra muito importante. Inclusive, vendo, na semana passada, ser entregue a obra do viaduto em Araranguá, um desvio na rodovia, ficamos muito feliz, porque esse viaduto de 2km deixou a cidade mais tranquila. Agora não tem mais tráfego obstruindo o centro da cidade.

Na quinta-feira passada, foi aberto o túnel do Morro do Formigão. Havia duas frentes de trabalho nessa obra, os operários trabalhavam nos três turnos, uma turma no lado norte, outra turma no lado sul, e agora o túnel do Morro do Formigão já está aberto, faltando apenas a conclusão da obra. Sendo que as obras da ponte em Tubarão também já foram aprovadas, e acredito que vamos ter mais segurança com a conclusão dessa obra. Eu acho que até fevereiro ou março de 2015 teremos a conclusão da obra da ponte de Tubarão, com certeza.

Temos que falar também na obra da Ponte da Cabeçuda, que está andando em ritmo acelerado, onde os trabalhadores trabalham em três turnos. Inclusive, eu e o deputado federal Ronaldo Benedet, na época, conversamos com o presidente do DNIT, que assumiu o compromisso de os operários trabalharem três turnos nesta obra. E quem passa pela Ponte da Cabeçuda já vê que as obras estão andando em ritmo acelerado.

Talvez em meados de 2015 tenhamos a conclusão da Ponte Anita Garibaldi que será modelo em Santa Catarina, só irá perder em beleza para a nossa Ponte Hercílio Luz, porque não dá para comparar, já que a Ponte Hercílio Luz é incomparável, é um símbolo para Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, os deputados José Nei Ascari, Dóia Guglielmi, Valmir Comin, este deputado, o deputado Federal Ronaldo Benedet, o deputado Edinho Bez, enfim, estavam presentes todos os representantes do sul do nosso estado, vibrando, porque entregamos de fato o famoso Aeroporto de Jaguaruna, que está liberado para voo no estado e para todo o Brasil.

Agora, é preciso entrar em contato com as empresas de aviação, e a Gol e a Tam já se inscreveram.

No discurso de inauguração ninguém lembrou a importância desse aeroporto. Mas ele será um aeroporto alternativo, porque nessa região não tem nevoeiro, não tem cerração, não tem morro. Por exemplo, tendo qualquer problema em Porto Alegre, qual é a solução? O aeroporto regional de Jaguaruna. Aqui em Florianópolis, se der problema, tem o de Jaguaruna, assim como no de Curitiba, que constantemente está fechado, ou no de Navegantes, enfim, em Itajaí, em Joinville, onde também fecha constantemente, quer dizer, além de tudo ele será um aeroporto alternativo.

O sul do estado viveu muito tempo aquela agonia para o desenvolvimento; o sul do estado que é potencial, um gigante adormecido, precisava ter investimentos importantes e fundamentais para o desenvolvimento da região. E trabalhamos muito. Ao longo desses 30 anos de vida pública, tenho me dedicado de corpo e alma, e agora muito mais, pois os oito deputados dessa região somamos 20% deste Parlamento e buscamos a solução, o desenvolvimento, a geração de emprego e renda, a qualidade de vida para o povo.

Juntei os meus seis mandatos com quem tem um, dois ou três, para fortalecer a nossa região que é

altamente turística, produtiva, forte e com potencial, mas que também precisa de investimentos. Ao longo do tempo perdemos investimentos por falta também de competência política, de juntar forças para fazer com que acontecesse.

Hoje, o tripé do desenvolvimento da região sul é o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101. Por que conseguimos levar para Içara a Cimolai, a quarta metalúrgica do mundo? Porque tem como escoar a produção. Ela é a quarta metalúrgica do mundo, fabrica navios cruzeiros, tubulações de petróleo, ela é campeã em fabricações de pontes por todo o mundo. Ela atenderá ao Brasil e ao Mercosul daqui de Santa Catarina, portanto, é um ganho real para a região. E temos também duas montadoras sendo instaladas em Imbituba.

O que precisamos agora para a região? Escolas técnicas para qualificar nossa mão de obra, pois não podemos trazer empresas de alta tecnologia, se não tivermos mão de obra qualificada.

O nossos jovens estão prontos e preparados para trabalhar e precisam de instrumentos como a qualificação da mão de obra. E a Cimolai está trazendo professores da Itália, para preparar, tendo em vista a alta tecnologia. Naquele mundo de peso ninguém coloca as mãos. Tudo é comandado por computadores. Por isso, precisamos preparar o sul, assim como também o norte do estado.

Joinville está preparado; por isso, tudo vai para Joinville. Nada contra Joinville, até temos muito orgulho. Mas está na hora de investir no sul, na região serrana e no oeste do estado também.

Assim, trabalhamos para que Santa Catarina cresça no equilíbrio. E temos obrigações, deputado Maurício Eskudlark!

O ex-governador Luiz Henrique da Silveira proporcionou isso quando criou as secretarias de Desenvolvimento Regional por todo o estado. Antes, em Santa Catarina, apenas os grandes centros recebiam a população dos pequenos municípios em busca de emprego, mas hoje isso já não acontece, porque as secretarias desenvolveram todas as

regiões, e nós estamos trabalhando pelo equilíbrio do estado.

Precisamos agora buscar também o equilíbrio da força para a região serrana e o sul do estado, para que gerem emprego, proporcionem renda e qualidade de vida. Esse é o nosso grande trabalho no Parlamento.

Por isso, quero deixar marcado este dia de hoje, porque trabalhamos numa direção acelerada e com planejamento do que precisamos, queremos e do que a região espera de nós.

Como parlamentar penso que temos a obrigação de buscar por esse resultado.

Santa Catarina é um estado equilibrado, é um estado diferenciado da federação, por isso as empresas internacionais procuram por Santa Catarina. A federação das empresas italianas veio ao Brasil em comissão buscar investimentos, e conseguimos trazer isso para Santa Catarina. Primeiro, irão conhecer Santa Catarina, para depois decidirem se vão investir em outras regiões ou não.

Então a obrigação dos homens públicos é buscar resultados e trabalhar, e temos feito isso. Este Parlamento tem feito isso, buscando a cada momento, dando condições, aprovando projetos para que o governo do estado possa agilizar, proporcionar e receber essas empresas tão importantes para Santa Catarina. Temos que registrar e marcar.

Sinto-me honrado por esses 30 anos de vida pública, uma vez que o que planejei estamos trabalhando e executando: a BR-101, a Serra do Faxinal, a cidade dos cânions, a maior beleza natural do mundo, que no dia de hoje abre o edital para a conclusão da obra. Para a Serra da Rocinha já foi entregue a ordem de serviço; e o governo está se preparando para fazer o edital da Interpraias. Isso é ganho real.

Nós queremos agradecer ao governo de Santa Catarina, Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, que não está medindo esforços para investir no estado, buscando o equilíbrio para desenvolver regiões que pouco cresceram. Por isso,

temos a obrigação de trabalhar, defender e fazer a nossa parte. Nós fizemos com muita garra e determinação, mas também com muita lealdade ao povo, ao governo e às nossas regiões catarinenses.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário dos partidos políticos, o próximo espaço pertence ao PSD, deputado Mauricio Eskudlark. E v.exa. fará uso da palavra, em nome do seu partido, pelo tempo de até 14 minutos.

SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. Deputados, público que nos acompanha pela TVAL e comunidade catarinense, para iniciar gostaria de fazer uma saudação ao município de Palmitos, onde estive ontem, na Linha Pavão. Lá estava a vereadora Márcia, seu esposo Quinho e o prefeito Norberto.

Lá fizemos algumas visitas e participamos de uma festa muito bonita, pois foram comemorados ontem os 30 anos de casamento do sr. Eugênio Bihl e da Ani Bihl.

Aquela comunidade tem uma característica, algo que achei muito bonito. Quando algum morador completa dez, 15, 20, 25 anos, e ontem foram 30 anos, de casados recebem, acho que eles já sabem, uma festa surpresa. Todos os moradores preparam um churrasco, e à noite, no momento em que soltam fogos de artifício, se reúnem na casa do casal que está de aniversário de casamento, no caso, do sr. Eugênio Bihl e da Ani Bihl. E depois dos cumprimentos vão para o salão comunitário da Linha Pavão.

Então, quero daqui registrar os meus parabéns ao Eugênio Bihl e à Ani Bihl, à Márcia, nossa querida vereadora, ao seu esposo Quinho, ao sr. Almir, que é conhecido como Lula, ao Ireno Machado, enfim, a toda a família, e registrar os parabéns e admiração pela forma como vive em integração aquela comunidade.

É muito importante, porque queremos fortalecer a pequena agricultura, fazer com que o jovem permaneça no interior. E para fortalecer tem que

levar qualidade de vida, tem que dar esse apoio que encontramos e vimos naquelas pessoas. Então, quero deixar o registro àquelas famílias.

Conversando com aqueles produtores, moradores, proprietários de lá, vimos o quanto a produção hoje, principalmente de leite, fortalece a pequena propriedade rural, já que com 30, 40 vacas de leite uma família chega a ter uma renda de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil por mês.

Antes o agricultor ficava somente na dependência da sua safra, e qualquer seca ou chuva em demasia, algum problema de tempo, ele acabava perdendo a sua produção e tinha um ano sacrificado. Hoje, com a produção, principalmente de leite, com a criação de suíno, de frango, as famílias acabam tendo um rendimento mensal e com esse rendimento podem ter a sua vida estruturada.

Por tudo isso vemos hoje o agricultor com a sua boa casa, com carro, com conforto, inclusive com internet, esforçando-se para manter a família e os seus filhos no interior. O deputado Padre Pedro Baldissera, que conhece a região, que é de lá, sabe que esse fortalecimento à agricultura é importante.

Eu quero comentar sobre a manifestação da deputada Angela Albino, mas antes quero dizer que Santa Catarina evoluiu muito e que o governador Raimundo Colombo tem sido o grande maestro, o incentivador, o motivador desse desenvolvimento.

Um dos fatores que melhorou a economia de Santa Catarina foi a abertura de exportações para alguns países e a vinda de algumas fábricas e alguns investimentos importantes ao nosso estado. A BMW e uma série de empresas estão-se instalando no estado, e o governo do estado está trabalhando fortemente para abrir alguns mercados para exportação, especialmente para o Japão, passando o Brasil a ser um exportador de carne suína àquele país.

Antes Santa Catarina ficava refém de alguns países na exportação, deputado Valmir Comin, e com a abertura da exportação para o Japão, aqueles países que antes queriam negociar e apertavam no preço, que reduziam as compras, agora pedem ao

nosso estado que não deixe de fornecer esses produtos, porque sabem que se ele quiser pode direcionar suas exportações principalmente para o mercado japonês.

Então, o estado de Santa Catarina tem tido um bom governo e uma boa administração.

A deputada Angela Albino falou que o governo não nota, que as pesquisas falam somente em segurança pública. Não é verdade. Está aqui no jornal *Diário Catarinense* de ontem o seguinte: "Cresce a aprovação de Dilma e Colombo". E nessa pesquisa há a análise da população sobre a atuação do governador do estado e a sua forma de governar, sem promessas ilusórias, com os pés no chão, falando não quando precisa, agindo com firmeza na condução do seu governo. Isso tem feito com que essa aprovação do governador alcance sempre os melhores índices possíveis, os índices de ótimo, os índices de um governo bom e os índices de um governo regular, nessa média de ótimo e bom, chegando quase a 80% de aprovação.

A deputada Angela Albino fala sobre as pesquisas com relação à questão do estupro. Eu acho que essa pesquisa deve ter sido feita pelo Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, do governo federal, que coloca que 65% dos homens aprovavam e entendiam que a mulher que usa uma roupa mais curta ou mais provocante merece ser vítima de estupro. Isso é uma barbaridade. Mas agora aquele instituto vem dizer que errou na pesquisa, que eram somente 25% dos homens. Ele pode fechar as portas, pois ninguém vai confiar em um órgão de pesquisa que vem com essa história. Assim como dizem que Santa Catarina é o terceiro estado do país em número de estupros e não é. Só que o nosso estado tem realmente pesquisas confiáveis. Os registros ocorrem, sim, ou v.exas. acham que lá naqueles estados do nordeste, onde não há polícia, onde se vive ainda na opressão, seja pelo poder econômico, seja pela força, os índices desse tipo de crime são menores do que em Santa Catarina? É inaceitável.

Santa Catarina tem problemas como todos os estados brasileiros têm, mas o nosso estado tem

ainda os menores índices de criminalidade em nível de país. E é claro que temos que tomar todo o cuidado para não chegar a um patamar de outros estados.

Esse número de crimes que temos já nos preocupa, e muito, queríamos que fosse zero, mas é impossível, pois enquanto existir o ser humano, vamos ter o problema de desvio da conduta. Mas Santa Catarina, pela sua formação, pelo seu povo trabalhador, pela sua índole, é o melhor estado para se viver.

A própria pesquisa diz que os catarinenses reclamam da saúde, em primeiro lugar, depois vem educação, abastecimento de água, estradas e depois, com 6%, vem efetivamente a preocupação com segurança pública. E acho que ela é até maior, porque, hoje, a grande preocupação do cidadão é com a sua segurança. Mas isso é um problema de Santa Catarina. E não vai mudar a questão da segurança pública enquanto o Congresso Nacional, o governo federal, não mudar a nossa legislação.

O jornal *Zero Hora* deste final de semana traz a seguinte manchete: "Semiaberto no divã - seis em cada 10 presos fogem". E fogem por quê? Fogem porque a atual lei de execuções penais, que é muito benevolente, permite que se liberem presos que não se recuperaram, que têm índole criminosa. E eles são liberados todos os dias.

Foi falado da tribuna que a segurança pública está enxugando gelo e ainda assim mantém os presídios superlotados. Mas estamos com os presídios superlotados e precisamos de mais vagas, porque temos que segurar presos, os autores da criminalidade, aqueles que estão reincidindo, que são liberados, que voltam e que acabam ficando presos somente depois de ter dez ou 12 processos em andamento.

Essa reportagem cita o caso de presos condenados a mais de 62 anos de prisão e que foram para o regime semiaberto. É claro que fugiram no primeiro dia, e vão continuar fazendo isso, porque são presos criminosos com a índole voltada somente para a prática de crimes. E a sociedade, através da Justiça e da lei, tem que manter esses presos

segregados para que a sociedade não fique refém desse tipo de criminalidade.

Então, Santa Catarina tem investido em segurança e procurado melhorar as condições de trabalho dos seus servidores. E, em nível de Brasil, o nosso estado ainda é uma unidade da federação com melhor aparato, com melhores profissionais, mas que ainda precisa de muitos avanços. E Santa Catarina ainda é o melhor estado para se viver. E, com a participação de um governo tranquilo e preocupado com as questões do nosso estado, faz com que as pesquisas apresentem esses elevados índices de aprovação do governador Raimundo Colombo.

Portanto, é importante termos consciência dessa situação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, gostaria de dar as boas-vindas ao aluno Nicolas Martins e aos demais alunos da Udesc, da quarta fase, que fazem aqui no Parlamento um trabalho sobre antropologia.

Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público aqui presente, quero também desejar as boas-vindas aos estudantes que estão aqui hoje e às lideranças que nos visitam.

Gostaria de registrar, no dia de hoje, o início, agora pela manhã, de uma grande mobilização de agricultores e agricultoras

familiares de todas as regiões do estado de Santa Catarina.

Também quero registrar a presença, nessa mobilização conjunta, de trabalhadores e trabalhadoras coordenados pela Via Campesina, que é composta pelo Movimento de Mulheres Agricultores, trabalhadores rurais sem terra e assentados, além de outros movimentos que compõem essa articulação de entidades. Estão, neste momento, em frente ao Centro Administrativo do governo do estado reivindicando e também entregando a sua pauta de reivindicações ao governo. Mas ainda não há uma audiência confirmada e estamos cobrando do estado uma resposta de quem vai recebê-los, porque os agricultores merecem, sim, respeito.

Há pouco conversamos com o novo secretário da Agricultura, Airton Spies, no sentido de receber os agricultores, analisar as pautas e encaminhar as reivindicações desses trabalhadores que são tão importantes para o nosso estado, pois produzem alimentos, ocupam esse grande espaço em Santa Catarina, cuidam do meio ambiente e discutem, sim, a sustentabilidade. Então, temos, hoje, um dia importante na luta dos agricultores familiares e camponeses.

Quero também apresentar um pouco da pauta, em nome do Partido dos Trabalhadores, um partido que sempre tem olhado com muito carinho para esse setor tão importante na economia brasileira e estadual.

O presidente Lula, quando assumiu o governo, e agora a presidente Dilma, tem construído, na história do Brasil, as melhores políticas públicas para esse setor do meio rural.

Falando na ampliação do Pronaf, de 2,4 bilhões que foi em 2002, 2,5 bilhões vão ser aplicados este ano somente aqui no estado de Santa Catarina. Portanto, o que era aplicado em 2002 no Brasil vai ser aplicado este ano somente aqui no nosso pequeno estado de Santa Catarina, em termos de Pronaf.

Acontece a mesma coisa com a habitação, onde uma das principais reivindicações dos agricultores

é a participação do estado no programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, com R\$ 5.000,00 para pelo menos mil famílias.

O estado do Rio Grande do Sul já começou a entrar com participação e subsídio desde o ano de 2004, 2005, através do então governador Olívio Dutra. Entretanto, Santa Catarina não participa desse programa, e essa é uma das grandes reivindicações dos agricultores familiares.

Quanto à ampliação do crédito do Pronaf, o estado paga o juro, que chama de juro zero, que são recursos federais com a participação do estado. Então, querem ampliar esse programa para novos agricultores.

Outro grande tema que os agricultores estão trazendo novamente à pauta é a problemática da energia elétrica, que hoje é um dos setores que mais sofrem e o que mais prejudica o desenvolvimento da economia catarinense. E a falta de qualidade da nossa energia elétrica dificulta também o desenvolvimento da agricultura familiar.

Estive, no último final de semana, no alto vale do Itajaí, deputado Valmir Comin, e uma das grandes reclamações dos agricultores é a falta de energia elétrica para a secagem do fumo.

Outra questão que os agricultores estão trazendo é uma política de fomento e fortalecimento da cadeia produtiva do leite, com assistência técnica e inovação tecnológica para a agricultura familiar. Também o desenvolvimento das agroindústrias familiares, que são as pequenas unidades agroindustriais que hoje já fornecem muitos alimentos para a sociedade catarinense, para outros estados, especialmente para a alimentação escolar.

Outro tema importante para os agricultores é o pagamento por serviços ambientais, o PSA, uma luta importante dos agricultores para poder continuar produzindo e preservando o meio ambiente. A remuneração, o pagamento por serviço ambiental é um tema relevante.

Por último, temos a questão da ampliação de várias políticas no sentido do mercado institucional, especialmente falando da

alimentação nas escolas estaduais. Temos uma promessa já antiga desse governo que promete e promete. Inclusive, o próprio governador o fez através da imprensa, mas esse programa não sai do papel.

Essa questão do mercado institucional poderia suprir não só a alimentação escolar, mas hospitais públicos, presídios, a exemplo da nossa Universidade Fronteira Sul que vai comprar toda a alimentação da agricultura familiar.

Então, esses são os principais pontos que a categoria da agricultura familiar está trazendo aqui para o estado. Além disso, temos toda a pauta da luta pela reforma agrária no estado e as políticas para os assentamentos.

Para finalizar, amanhã acontece a 5ª Marcha dos Catarinenses, nesta quarta-feira, quando trabalhadores e trabalhadoras de todo o estado de Santa Catarina vão às ruas da capital para cobrar por políticas públicas, justiça social e trabalho decente. Também temas como saúde pública, segurança pública, e tantos outros estarão na pauta.

Organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS, a 5ª Marcha vai acontecer a partir das 10h, na Praça Fernando Machado, que fica ao lado do antigo terminal de Florianópolis. Bandeiras e lutas que eu já vinha citando aqui estarão em pauta nessa construção da valorização do piso salarial de Santa Catarina, baseado nos percentuais do INPC mais o PIB, respeito ao piso nacional do Magistério com relação à isonomia do reajuste anual, na jornada e na carreira.

Esse tema que estamos discutindo aqui, a medida provisória, é pela aplicação de 10% do PIB na educação pública, pelo fim das terceirizações e a política das organizações sociais, por reforma agrária e defesa do modelo da agricultura familiar, que são os principais pontos trazidos pelas organizações que estão articulando a 5ª Marcha dos Catarinenses.

Então, hoje e amanhã vamos ter na capital mais dois dias de grande mobilização dos trabalhadores do meio rural, da agricultura catarinense, da

reforma agrária catarinense, mas amanhã também dos trabalhadores das mais diversas áreas do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin.

Antes de v.exa. fazer uso da palavra, gostaria de registrar a presença do prefeito de Iporã, Ilton Pedro Vogt, que está na capital com várias audiências marcadas em diversas secretarias.

Seja bem-vindo, prefeito Ilton.

Com a palavra, agora, o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e nossa Rádio AleSC Digital, mais uma vez reitero as boas-vindas ao estudante Nicolas e a toda sua turma da quarta fase do curso de Administração, da Udesc, que fazem um trabalho sobre Antropologia, nesta Casa.

Sr. presidente, na verdade o horário seria do deputado José Milton Scheffer que, em função de uma audiência na comissão, precisou se ausentar.

Eu estava aqui refletindo sobre o que comentou o deputado Dirceu Dresch, relacionado à péssima qualidade de energia hoje em Santa Catarina, e também o que falou o deputado Maurício Eskudlark, com relação à questão da suinocultura, à exportação de carne suína. Ouvi atentamente e a reflexão que faço é de que quando temos geração não temos transmissão à altura, com qualidade, e se temos transmissão não temos geração.

A verdade é que um país emergente como o nosso não pode jamais desmerecer, dispensar qualquer tipo de geração de energia, quer seja ela renovável ou não. E uma das alternativas que temos está relacionada à energia eólica, solar, biomassa.

Temos a energia hídrica que depende muito das intempéries e de São Pedro, mas temos uma energia firme, reservada no subsolo catarinense, paranaense e gaúcho, que são 32 bilhões de toneladas de carvão que poderiam ser utilizadas por nós, a exemplo de países desenvolvidos ambientalmente corretos, como é o caso da Alemanha, que insere na sua matriz energética mais de 6.400 megawatts de energia a partir do carvão, ultrapassando a marca de 40% de toda a sua matriz energética.

Enquanto o Brasil com toda sua dimensão, com essa reserva intacta, pois se pode dizer que 85% da nossa reserva ainda não foram mexidos, detemos tão somente 1,6% da matriz energética do país gerada a carvão. E seria uma energia firme, com segurança jurídica, de uma política regional, que do sudoeste de São Paulo para o sul do Brasil poderíamos fazer toda essa cobertura e, inclusive, exportar para os países vizinhos e sermos autossuficientes.

Além da geração de energia, teríamos a produção de sulfato de amônia, que importamos da Rússia hoje para a elaboração de fertilizantes. E só o preço dessas commodities inviabiliza o grau de competitividade do país, do agronegócio, para todo o planeta.

Por isso, é uma reflexão que deixo, e a falta de uma política específica para o setor leva essa margem de insegurança para todos os investidores, como disse, de um país emergente que se enquadra dentro dos Brics, junto à África do Sul, à Índia, à Rússia e à União Soviética, que se estabelece um patamar de carência, quando podemos visualizar que no sul, por exemplo, temos empresas que pagam um sobrepreço no gás para poder produzir mais. Isso é o cúmulo, enquanto deveríamos investir e fazer o processo inverso de o estado ser um motivador, um incentivador. Mas estamos num processo reversivo, retrógrado, por falta de uma política específica do governo federal associado ao governo do estado e aos municípios.

Poderíamos ser autossuficientes. Temos a distribuição através da Celesc, a transmissão de

alta tensão, através da Eletrosul. Temos a indústria metalmeccânica que é consumidora, a indústria cerâmica, temos jazimento, a SCGás que poderíamos fazer do carvão o gás liquefeito para a nossa indústria, para as residências, para os postos, para os automóveis.

Poderíamos criar um polo petroquímico a partir dessa situação, geramos milhares e milhares de oportunidades de emprego agregando valor e oportunidades às pessoas. Mas essa insegurança, essa falta de tomada de posição por parte do governo federal, remete-nos a essa condição deprimente e medíocre de não poder competir com clareza e ter uma expectativa real de crescimento.

Aqui falava o deputado Maurício Eskudlark com relação à suinocultura. Realmente Santa Catarina é um estado em excelência, comparado aos demais da federação, com o trabalho que o governo Raimundo Colombo vem desenvolvendo e toda a sua equipe, de buscar o caminho das exportações, graças à pujança e à determinação do nosso produtor rural, do agronegócio catarinense de excelência. Mas concomitante ao estímulo da exportação da carne suína é preciso, em paralelo, desenvolver trabalhos como o que a Biogastec hoje está desenvolvendo. E vamos instalar na comunidade de São Maurício, em Braço do Norte, onde estão 10% da concentração da suinocultura catarinense, ou seja, isso representa praticamente 9%, 10% do PIB de Santa Catarina, uma usina que vai pegar os dejetos da suinocultura, deputado Manoel Mota, transformar em adubo peletizado; são 10% que voltam como renda na contrapartida, o troca-troca com o agricultor. E esse gás gerado, a partir desse dejetos, será disponibilizado na rede, no City Gate da SCGás, em Tubarão, para todo o estado de Santa Catarina.

Módulos como esse tem uma projeção pelo menos para dez ou 12 em todo o estado, dentro de uma política de modernidade, em que os caminhões vão fazer o transporte dos nutrientes, do insumo básico, todos geridos a gás, o que vai dar com certeza uma agregação de valor na propriedade rural, dando segurança jurídica ao nosso produtor rural e adequando-se a uma legislação cada vez

mais pertinente, mais eficaz, mais rígida, em relação ao destino adequado para o lixo ou para o dejetos suíno, como é o caso da suinocultura.

Por isso, vejo com muita expectativa o momento oportuno, promissor e, com certeza, que vai alavancar cada vez mais a economia catarinense, que já é diferenciada dos demais estados da federação.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0073/2013, de entidade social, para a manutenção do título.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0568/2011.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0157/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, e 0158/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os requerimentos n.s 241/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 242/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 244/2014 e 252/2014, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 253/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 254/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 255/2014 e 256/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 257/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 243/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Fatma, solicitando informações sobre documentos referentes ao tipo de atividade e licenciamento ambiental da Empresa Alumínio RioCedrense, localizada no município de Rio dos Cedros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 029/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, manifestando aos presidentes da Câmara dos Deputados, da comissão de Constituição e Justiça e aos deputados federais de Santa Catarina apoio pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n. 1.263/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 029/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, solicitando ao governador do estado informações sobre o número de servidores que ocupam o cargo de auditores fiscais internos e qual o motivo de pagamento de verba indenizatória.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Quero registrar com satisfação a presença do nosso prefeito de Forquilha, Lei Alexandre, do Partido

Progressista, que nos visita e vem a Florianópolis em busca de convênios, principalmente os relacionados à questão do Fundan.

Seja bem-vindo a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, está sendo discutido agora neste horário, neste momento, na comissão de Trabalho e Serviço Público da Casa, o Projeto de Lei Complementar n. 005/2014, que trata de uma mudança na legislação dos militares estaduais, oportunizando que a promoção por tempo de serviço possa acontecer também quando este militar, policial ou bombeiro militar estiver no bom comportamento.

O mérito dessa questão é o mesmo que no ano passado conseguimos aprovar, através de uma emenda de autoria deste parlamentar, aqui neste plenário, por unanimidade. Todos os 40 deputados conhecem esse assunto, e as autoridades do governo e das instituições também conhecem. Mas por um problema técnico, vamos dizer assim, a emenda aprovada aqui não foi enviada para autógrafo do governador e, portanto, não prevaleceu.

O governo do estado mediante solicitação, reivindicação dos praças, através da Aprasc, tomou a decisão de enviar um novo projeto de lei complementar para tentar fazer valer aquela vontade unânime deste Poder, quando votou favorável à emenda que apresentamos ainda no ano passado.

Queremos parabenizar todos os praças que se mobilizaram em função disso, parabenizar especialmente a diretoria da Associação de Praças - Aprasc -, agradecer as autoridades que contribuíram nesse sentido, agradecer também às autoridades do poder Executivo, secretários de estado e o próprio governador Raimundo Colombo, por ter entendido que essa é uma medida justa ou

uma medida que faz justiça às centenas de policiais e bombeiros militares.

A legislação militar é um intrincado muito grande de detalhes, mas ela pressupunha que para um militar ser promovido por antiguidade precisaria estar num ótimo comportamento. Temos uma legislação muito antiga aqui no estado, que prevê essa modalidade de promoção que só acontece se o candidato estiver num ótimo comportamento.

Lá na caserna o comportamento dos militares se divide entre alguns níveis. O melhor é o comportamento excepcional, em seguida vem o ótimo, depois o bom, mais abaixo e considerado aquém do suficiente vem justamente o comportamento insuficiente e por último vem o mau comportamento.

Achamos importante que se esteja no intermediário, até porque todas as outras modalidades de promoção de praças são realizadas tendo como requisito elementar de comportamento estar no nível bom. Em toda e qualquer situação a promoção se dá no bom comportamento. Sempre foi assim. Mas a promoção por antiguidade, justamente para o policial ou bombeiro que está há mais tempo trabalhando e que vai receber a promoção pelo tempo que trabalhou, requer o ótimo comportamento. Nós entendemos isso como uma discriminação.

Sempre pleiteamos que fosse mudado esse requisito e, enfim, parece que na tarde de hoje - está sendo discutido agora na comissão de Trabalho e Serviço Público - virá ao plenário. Precisamos de 21 votos, mas consideramos que teremos a possibilidade de aprovar, até porque a emenda com esse mérito foi aprovada no ano passado. Assim, poderemos fazer justiça também àqueles servidores militares do estado que adquirem o direito de serem promovidos pelo tempo de serviço.

Pela legislação aprovada, temos promoção a cabo com 12 anos de efetivo serviço e promoção a terceiro-sargento com 20 anos de efetivo serviço. Então, diminuiu-se bastante o tempo necessário para promoção, porque até o ano passado não havia tempo. Havia uma quantidade "x" de vagas, e eram promovidos conforme abrissem vagas. Então, era preciso que alguém se aposentasse ou fosse

afastado do serviço de forma permanente para abrir uma vaga nova. Até 2003, eram 28 vagas de terceiro-sargento e 132 vagas de cabo para toda a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do estado. Eles somente eram promovidos por antiguidade depois dos 30 anos de serviço. Tinham que passar do tempo de serviço e esperar para receber uma promoção.

Então, o avanço foi justamente ampliar o número de vagas, mas ainda havia o prazo de 24 anos de serviço na instituição para poder ser promovido a cabo. No ano passado houve o avanço de se definir um tempo máximo para ficar na mesma graduação. O tempo máximo de ficar como soldado e passar a cabo são 12 anos, desde que estiver num ótimo comportamento. E, a partir de hoje, desde que estiver no bom comportamento, se aprovarmos aqui o PLC que está em debate. E o tempo máximo para promoção a terceiro sargento são 20 anos. Então, serão duas promoções no mínimo numa carreira de 30 anos de serviços prestados na Segurança Pública, vergando uma farda.

Evidentemente é pouco ainda, mas é um alento diante de um passado histórico de 30 anos como soldado, na mesma graduação. Requer-se mais que isso. Requer-se a carreira única. Esse é um debate que há, porque as instituições na área de segurança, curiosamente, são as únicas no Brasil em que existe um concurso para o sujeito ser chefe. E também na Polícia Civil não ocorre uma participação na carreira, um aprendizado, uma cooparticipação, uma relação, uma construção, mas, sim, um concurso para ser chefe. Então, também entendemos que, nas mudanças estruturais necessárias à Segurança Pública, isso seja importante, ou seja, a carreira única nas instituições em todos os estados.

Ainda há o efeito colateral daquela ampla negociação que houve no ano passado entre governo do estado e servidores da Segurança Pública, representados por suas entidades. Existe uma celeuma restante, que é o fato de que o salário dos subtenentes da reserva foi achatado proporcionalmente ao salário das autoridades de

segurança. E isso é fato. Proporcionalmente ao salário do coronel e dos demais oficiais até primeiro-tenente, o salário do subtenente da reserva foi achatado. Portanto, há essa celeuma.

Os subtenentes da reserva ou que estão ainda na ativa têm razão de reclamar. Isso precisa estar na pauta. É fato que houve uma discussão e um enfrentamento não muito dócil nas negociações, porque se pretendia rebaixar mais ainda, e num segundo momento se pretendeu aumentar mais o salário do primeiro-tenente, deixando mais distante o oficial dos praças. Então, isso persiste, mas precisa ser discutido e reencaminhado pelo governo do estado, nos próximos períodos.

A notícia boa sobre esses efeitos colaterais é que dizem que hoje foi assinado um decreto liberando as últimas 12 vagas de subtenente que ainda estavam emperradas no palácio.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Nós, do PT, estamos altivos com a sua ascensão à Presidência da Casa. Mesmo que seja por poucos dias, representa claramente a responsabilidade que temos aqui. E o mesmo senso de lealdade que temos com o atual presidente tivemos com o presidente anterior, deputado Gelson Merisio.

Quero me pronunciar porque está fazendo 20 anos do maior genocídio da história do mundo contemporâneo: Ruanda, entre o final de abril e o início de julho de 1994, em que 800 mil pessoas foram assassinadas.

Precisamos observar o que representou naquele momento esse massacre realizado por uma maioria hutu, que tinha o apoio da França. E o mundo fez de conta que não enxergava 800 mil almas sendo dizimadas, mulheres violentadas, numa disputa homérica de grupos étnicos entre os hutus tutsis, que eram os minoritários, porém marcou a história

desse globo terrestre, mas parece que não nos lembramos disso.

Uma das questões nessas guerras étnicas, principalmente na África que sofre com a violência, além da morte da maioria dos homens, com facões, a maioria das armas eram facões que se utilizava nos cortes dos canaviais...

Um dos grandes atos de violência é que as mulheres eram violentadas e deixadas nuas, muitas delas, e depois a carnificina sendo implementada.

Então, a nossa referência enaltecendo esse momento histórico, porque o mundo precisa se posicionar, no sentido de condenar e atuar sempre numa lógica de apaziguar esses momentos, a exemplo do que acontece na Síria, onde nos últimos três anos já chegaram a 150 mil mortos e, aproximadamente, quase um milhão de sírios que saíram daquele país e estão espremidos nas divisas das nações adjacentes, muitos sem saberem o que fazer, passando por sofrimentos e muitos sacrifícios.

Então, o mesmo processo de colonização que houve em Ruanda, na África, mostra claramente que, naquele momento, o poder econômico e as forças da ONU se posicionaram no sentido de sequer se manifestar sobre esse ato de violência mundial. Por isso, o evento que está havendo na França, neste período, de lembrar os 20 anos de Ruanda, assim como aqui lembramos os 50 anos em que se instalou a ditadura militar, o governo francês foi desconvidado a participar, tendo em vista que até hoje publicamente não assumiram a responsabilidade que tiveram naquele momento, pois davam guarida econômica e, inclusive, bélica para o grupo que tentou dizimar os tutsis. E por até hoje não terem se posicionado a respeito, foram desconvidados a participar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizá-lo por ter trazido esse assunto de interesse mundial, internacional. Portanto, Santa Catarina também precisa refletir a respeito disso,

até para que fiquemos atentos, pois como v.exa. sempre disse há situações parecidas como a que aconteceu há 20 anos em Ruanda. E registrar isso, especificamente, nesse ponto de que a França foi desconvidada é importante, porque ela merece o desconvite.

Nós todos, aqui, no ocidente, temos a França como referência de civilização, a partir da revolução de 1789, a Revolução Burguesa. E vamos dizer que ela não saiu com as mãos limpas desse trágico episódio de 20 atrás, assim como também na Argélia. A França que colonizava a Argélia tinha, inclusive, como procedimento a tortura, procedimento institucionalizado. A tortura contra aqueles que lutavam pela independência da Argélia.

Então, quero parabenizar v.exa. E quero dizer que precisamos refletir muito. Evidentemente que não é comprar uma briga com os franceses em geral, mas se é o país do ocidente que temos como o mais civilizado, o mais bem educado, o mais iluminado em termos do que seja uma democracia, teve as suas responsabilidades nesse episódio. E é preciso que pensemos mais sobre o futuro da sociedade que pretendemos construir.

Agradeço pelo aparte e parabenizo v.exa. mais uma vez.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não! Mas quero antes também parabenizá-lo pela grande atuação em Araranguá, porque está à frente da comissão de Saúde. V.Exa. tem feito história no estado com referência às questões da Saúde, na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Jailson Lima, foram mais de mil pessoas que participaram da audiência pública, em Araranguá, ontem. E vou me manifestar, na sessão da tarde de hoje, sobre esse importante ato de cidadania e de controle social da população de Araranguá em relação ao hospital regional.

Quero também aproveitar a oportunidade para parabenizar o companheiro deputado Padre Pedro Baldissera que assumiu interinamente a Presidência

desta Casa, merecidamente pelo seu trabalho sempre dedicado, abnegado, que faz aqui um relacionamento com todos nós, deputados, mas também com toda a nossa comunidade no estado.

Parabéns! Ficamos todos orgulhosos, nós, da bancada do PT, pela sua ascensão à Presidência interina da Casa.

Em terceiro lugar, deputado Jailson Lima, quero me manifestar a respeito desse seu pronunciamento que traz à nossa lembrança esses episódios de Ruanda.

Eu estava assistindo a um documentário, nesses últimos dias, sobre essa carnificina, sobretudo esse terror, esse genocídio. As 500 mil mulheres que foram violentadas, estupradas e as milhares de crianças que nasceram fruto dessa situação e que também foram brutalmente assassinadas. O horror que foi todo esse drama precisa servir para a nossa reflexão de todas as outras formas escamoteadas de genocídio que acontecem em todo o mundo.

Parabéns pela sua fala!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado.

Deputado Padre Pedro Baldissera, mais uma vez parabenizo v.exa. e também, em nome da bancada do PSD, o deputado Gelson Merisio, por assumir a Presidência desta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Eu agradeço, deputado Jailson Lima, pela referência e, da mesma forma, também ao deputado Volnei Morastoni. Com certeza para mim foi um motivo de muita alegria e um reconhecimento que o próprio presidente, deputado Joares Ponticelli, tem deferido à minha pessoa para que ficasse no comando dos trabalhos desta Casa, neste período.

Então, a minha gratidão ao deputado Joares Ponticelli, por poder proporcionar este espaço, neste momento.

Agradeço de coração as manifestações de apoio. Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à tarde, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.